

Legislação Informatizada - Decreto nº 51.378, de 20 de Dezembro de 1961 - Publicação Original

Veja também:

Retificação Dados da Norma

Decreto nº 51.378, de 20 de Dezembro de 1961

Concede indulto a sentenciados que menciona e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Art. 3º, nº XIII, do Ato Adicional à Constituição e o Art. 734, in fine, do Código de Processo Penal, e em comemoração ao consagrado dia do Natal,

CONSIDERANDO que a concessão de benefício da graça, prerrogativa constitucional do Presidente da República, deve atender aos interesses de uma política penitenciária que permita o retôrno ao convívio social daqueles sentenciados que estiverem efetivamente regenerados;

CONSIDERANDO a conveniência de que o perdão concedido corresponda ao procedimento do sentenciado durante o tempo da prisão, apurado em parecer dos órgãos técnicos fixando a suposição de que o agraciando não voltará a delinquir, de forma que a concessão não diminua a eficácia preventiva nem a repressão da lei penal;

CONSIDERANDO que existe uma categoria de sentenciados que a legislação penal não contempla com a possibilidade de obter suspensão condicional da pena nem livramento condicional, e que a concessão de graça constitui solução adequada para êsses casos, quando se trata de sentenciados de boa conduta carcerária, cujas penas tenham sido parcialmente cumpridas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam indultados todos os sentenciados primários, definitivamente condenados a penas restritivas da liberdade, que não

ultrapassem a 4 anos, que tenham cumprido, até a presente data, um terço daquelas penas, com boa conduta carcerária.

Art. 2º Ficam comutadas as penas de detenção, reclusão ou prisão, definitivamente imposta aos primários, que tenham cumprido mais de um terço da condenação, com boa conduta carcerária, na proporção seguinte:

- a) um terço, aos condenados a penas de mais de 4 até 6 anos;
- b) um quinto, aos condenados a penas de mais de 6 até 15 anos;
- c) um décimo, aos condenados a penas de mais de 15 até 30 anos.

Art. 3º Os benefícios do artigo 1º são extensivos aos condenados a pena pecuniária, isolada ou cumulativamente cominada.

Art. 4º O reconhecimento, na sentença condenatória, de que o apenado é perigoso, condicionará a concessão de graça de que trata este decreto ao resultado do exame de verificação da ausência ou cessação da periculosidade, previsto no artigo 715, do Código do Processo Penal.

Art. 5º Os Conselhos Penitenciários deverão, proceder, nos termos do Art. 736, do Código do Processo Penal, à verificação dos sentenciados abrangidos pelas condições deste decreto, remetendo parecer informativo ao juiz da execução, para os efeitos previstos no Art. 738, do mesmo Código.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 20/12/1961

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/12/1961, Página 11222 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 505 Vol. 8 (Publicação Original)